**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2018**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6320.0002985/2017-10**

**UASG – 590001**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)

**DATA: 09/04/2018**

**HORÁRIO: 14 HORAS**

**Obs:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

**O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO,** SAFS (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte, em Brasília – DF, torna público, por meio da Pregoeira **Fabiana Bittencourt** e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 116 de 14 de junho de 2017, do Exmo. Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público**,** que **no dia 09 de abril de 2018, às 14 horas (horário de Brasília-DF)**, ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço eletrônico [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/), que realizará licitação do **tipo MENOR PREÇO,** na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**,** sob o regime de empreitada por preço unitário**,** para a **prestação de serviços técnicos de desenvolvimento de software na linguagem de programação Java, na modalidade presencial, com adoção de práticas ágeis, e em conformidade com as normas e padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público.** A presente licitação será regida pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666 de 21/06/1993, pelo Decreto 5.450, de 31/05/2005 e Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, no que couber, com as devidas alterações, e demais normas pertinentes.

## 1 – CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica (certificação digital).

## 2 – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto **a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de desenvolvimento de software na linguagem de programação Java, na modalidade presencial, com adoção de práticas ágeis, e em conformidade com as normas e padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público**, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos:

1. Termo de Referência – Anexo I;
2. Planilhas de Custos e Formação de Preços – Anexo II;
3. Declaração de Regularidade – Anexo III;
4. Minuta de Contrato – Anexo IV.

**3** – **DAS** **CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar desta licitação, empresas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, atendam às condições exigidas neste Edital e seus anexos e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/), para acesso ao sistema eletrônico.

**3.2 Não poderá participar desta licitação:**

a) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) empresa apenada com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNMP;

c) empresa apenada com o impedimento de licitar e contratar com a união;

d) empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f) sociedade cooperativa de mão de obra, constituída nos termos da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, em função do Termo de Conciliação celebrado entre a União (AGU) e o Ministério Público do Trabalho;

3.2.1 Para fins do disposto na alínea “d” do item 3.2, entende-se por ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

3.3 Todos os documentos exigidos na presente licitação devem estar em nome da empresa licitante e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso.

3.4. O licitante será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento licitatório e da consequente contratação, sob as penas da lei.

3.5 **Não poderão participar deste Pregão empresas cujo(s) sócio(s), gerente(s) ou diretor(es) sejam cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), de membro do Conselho Nacional do Ministério Público e de membro do Ministério Púbico em atividade no Conselho Nacional do Ministério público e ou de servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento) do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme dispõem as Resoluções CNMP 01/2005, 07/2006, 21/2007, 28/2008 e 37/2009 (Anexo III do Edital).**

**4** – **DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/).

4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, §§ 5º e 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.3 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Conselho Nacional do Ministério Público qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo a licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha (art. 3º, §5º, Decreto nº 5.450/2005).

4.4 Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), para que essas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que, à época do credenciamento, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

4.5 Quem prestar declaração falsa na manifestação de que trata o item anterior sujeitar-se-á à penalidade prevista no item 11 deste Edital.

**5 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha (art. 13, Inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

5.2 Incumbirá à licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, Inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

5.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços**,** exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4 Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos (art. 21, Parágrafo 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.4.1 As licitantes que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem tais requisitos e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no Parágrafo 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

5.6 Concluída a etapa de lances, a empresa detentora do menor lance deverá encaminhar sua proposta contendo as especificações detalhadas do objeto, no prazo de 1 (uma) hora, contada do encerramento da etapa de lances, com preços unitários e total atualizados (no máximo com duas casas decimais) em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A comprovação dar-se-á, preferencialmente, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais, ou para o endereço eletrônico [cpl@cnmp.mp.br](mailto:cpl@cnmp.gov.br), com posterior encaminhamento do original (via Sedex) ou cópia autenticada no prazo de 72 (setenta e duas) horas, no endereço constante no item 10.1 do presente Edital.

5.6.1 Antes de findo o prazo para envio da documentação acima estabelecido, este poderá ser prorrogado, a critério do pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, via chat no COMPRASNET.

5.6.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.6.3. **A especificação deverá ser clara e completa, ou seja, detalhamento do objeto, observadas as especificações básicas constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital;**

5.6.4 Preço unitário e total, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, expresso em moeda corrente nacional (R$), considerando as quantidades constantes do Anexo I deste Edital;

5.7 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.8 O número do CNPJ indicado nos documentos de habilitação e na proposta de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai realizar os serviços objeto da presente licitação.

5.9 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

5.10 Serão desclassificadas as propostas e excluídos os lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis, conforme a variação de preços no mercado e planilha de custo constante nos autos, podendo o Pregoeiro realizar diligências para averiguação dos mesmos.

5.10.1 O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de cinco dias úteis contados da notificação.

## 06 – DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir da data e horário previstos no preâmbulo do Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 02/2018, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

6.2 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.3 Não se admitirá proposta que apresentar preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

6.4 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de desconexão.

## 07 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO e ESCLARECIMENTOS

7.1 **Até o dia 04/04/2018**, 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa **poderá impugnar** o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

7.1.1 Pregoeiro **decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 horas** e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.2 Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 03/04/2018**, 3 (três) dias úteis anteriores **a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico:** cpl@cnmp.mp.br**.**

## 08 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Aberta a etapa competitiva, com a classificação das propostas pelo Pregoeiro, o licitante poderá encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (art. 24, do Decreto nº 5.450/05).

8.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

8.4 Se ocorrerem dois ou mais lances do mesmo valor, terá preferência na contratação, para todos os efeitos, aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, podendo, ao preço do primeiro colocado, ser registrados outros licitantes que aderirem a este preço.

8.5 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, através do Pregoeiro, aos licitantes, após o que transcorrerá o tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, sendo a negociação acompanhada pelos demais licitantes.

8.8. O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.9 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de ACEITAÇÃO, permanecendo on-line para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores.

8.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

* 1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/).

## 9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 No julgamento das propostas, após a etapa de lances, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **menor preço global (valor unitário x volume anual), sendo aceita somente duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dízimas), conforme as planilhas de Formação de Preços constantes do Anexo II.**

9.2 O lançamento dos valores da proposta inicial no sistema Compras Governamentais é de responsabilidade do LICITANTE, qualquer falha ou erro no lançamento implicará na desclassificação da proposta tendo como justificativa valores irrisórios ou erro material.

9.3 O Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não deverão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preço.

**9.4 O valor estimado para a contratação será conforme tabela abaixo:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Volume Anual** | **Valor Unitário** | **Valor total** |
| 01 | Desenvolvimento de software, conforme especificações constantes no Edital, | Ponto de Função (PF) | 900 | 816,14 | 734.526,00 |
| **Valor Total Anual** | | | | | **734.526,00** |
|  | | | | |  |

9.5 Serão desclassificadas as propostas com valores acima do limite estimado, na fase de “Aceitação”.

9.6 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de Habilitação, o pregoeiro examinará a melhor proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.7 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, após a habilitação e julgamento de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço, e o licitante será declarado vencedor, sendo convocado para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido neste Edital.

**9.8 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.**

9.9 O pregoeiro, na fase de julgamento, **poderá promover quaisquer diligências**, julgadas necessárias à análise das propostas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

9.12 Na fase de Aceitação da Proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor a reapresentação de sua proposta comercial, caso detecte falha sanável na mesma.

9.13 Será recusada a proposta do licitante vencedor da fase de lances que esteja em desacordo com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, que deixe de atender às exigências nele contidas, que se oponha a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consigne preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, e ainda, que apresente irregularidades insanáveis.

9.14 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

# 10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 Após a fase de ADJUDICAÇÃO, o licitante vencedor deverá encaminhar a documentação original, ou cópia autenticada, referente à HABILITAÇÃO, bem como a proposta atualizada, num **prazo de até 72 (setenta e duas) horas**, ao CNMP, SAF Sul (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Lote 3, CEP 70.070-600, sala T-008 (Comissão Permanente de Licitação) em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CEP: 70.070-600**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2018**

**PROCESSO Nº 19.00.6320.0002985/2017-10**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

10.2 A habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

a) **SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;**

b) **CEIS –** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>);

c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa** do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>);

d) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** [(http://www.tst.jus.br/certidao).](http://www.tst.jus.br/certidao)

10.3 Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

10.3.1 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal **(em campo próprio do sistema Compras Governamentais)**. 10.3.2 Declaração expressa do responsável pela firma de que ela não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidade pública **(em campo próprio do sistema Compras Governamentais).**

10.3.3 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos **(em campo próprio do sistema Compras Governamentais).**

10.3.4 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

10.3.5 Declaração de que é microempresa e empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar **(em campo próprio do sistema Compras Governamentais)**.

10.3.6 Declaração de regularidade (anexo III do edital);

10.3.7 A licitante deverá apresentar ainda, os atestados e/ou declarações constantes no item 12 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

10.5 A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.6 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e quando houver necessidade de envio, deverão ser encaminhados para o e-mail cpl@cnmp.mp.br, a partir de sua convocação no sistema de Pregão Eletrônico, no prazo de 1 (uma) hora contada da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em 72 (setenta e duas) horas após o encerramento da sessão pública.

10.6.1 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.

10.6.2 No caso de propostas contendo erros ou falhas sanáveis, será concedido prazo improrrogável de 30 (trinta) minutos para os devidos ajustes.

10.7 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

10.8 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

10.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.9.1 Os documentos **deverão ser apresentados com validade em dia** na data de apresentação da proposta. **Os documentos** **apresentados com validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a INABILITAÇÃO do proponente.**

10.10 Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

10.11 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, tratando-se de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.12 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções aludidas pelo artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.13 O licitante deverá declarar quaisquer fatos supervenientes à inscrição cadastral impeditivos de sua habilitação.

**10.14 Para habilitação no presente pregão serão exigidos os seguintes documentos:**

a) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS – CRF);

b) prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND);

c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União fornecidas pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conjuntamente, nos termos do Decreto n.º 6.106/2007 e IN/RFB n.º 734/07), Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

d) **certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

e) certidão de **regularidade trabalhista (CNDT)**;

10.14.1 Para as licitantes inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a comprovação referida nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do item 10.14 poderá ser efetuada mediante consulta on line ao Sistema. A regularidade para com a fazenda Estadual e as certidões exigidas nas alíneas “d” e “e” do item anterior, quando não constantes do cadastro no Sistema, deverão ser atendidas, também, pelos licitantes cadastrados no SICAF.

10.14.2 Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

10.14.3 **A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Em havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.**

10.15 Deverá o licitante indicar, juntamente com os documentos comprobatórios da habilitação, endereço eletrônico para onde serão encaminhadas todas as comunicações pertinentes ao processo de licitação e à execução das obrigações dele decorrentes, expedidas pelo CNMP e a ele endereçadas;

10.16 O licitante se responsabilizará pelo endereço fornecido, de modo que, qualquer alteração deste endereço eletrônico deverá ser comunicada ao CNMP, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;

10.17 Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o licitante no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

## 11 – DAS PENALIDADES

11.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

**11.2 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e no Acordão 754/2015-TCU, a licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.**

11.3 Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas no item 09 – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS, doTermo de Referência - Anexo I do Edital.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.6 Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

11.7 De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.8 Da aplicação das penas definidas no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

11.9 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.10 Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

11.11 O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 03 Lote 02, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.

**12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, quando lhe será concedido o prazo de 3 dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões no mesmo prazo concedido para a intenção de interpor recurso, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 A falta de manifestação de intenção de recurso, imediata e motivada, da licitante quanto ao resultado do certame importará preclusão do direito recursal. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3 Os recursos serão dirigidos ao Ordenador de Despesas do CNMP por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los ao Ordenador de Despesas, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 Declarada a vencedora da licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interpor recurso, ou julgados os que interpostos forem, será o procedimento submetido ao Ordenador de Despesas para homologação.

12.5 Encerrada a sessão pública, a ata respectiva será disponibilizada imediatamente na internet para acesso livre de todos os licitantes e à sociedade.

12.6 Os recursos relativos à aplicação das penalidades previstas no item 11 e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV da referida Lei, poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

12.7 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, caberá defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, no Edifício deste Conselho, sito: SAFS (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte, em Brasília – DF

**13 –DA ASSINATURA DO CONTRATO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, mediante assinatura do Termo Aditivo.

13.2 O CNMP convocará a adjudicatária para assinar o contrato, por meio eletrônico, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNMP , no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, sujeitando-se às penalidades aludidas nos termos do art. 81 da Lei nº 8.666/93, bem como a aplicação das sanções previstas no item 11 deste Edital e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

13.3 Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNMP, a licitante vencedora deverá requerer cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNMP, mediante o que dispõe a PORTARIA CNMP-PRESI Nº 77, de 8 de agosto de 2017, principalmente em seu Art. 8º.

13.4 Na prestação dos serviços objeto deste pregão, deverão ser observadas as especificações e demais orientações descritas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I).

13.5 Até a efetiva assinatura do contrato, poderá ser desclassificada a proposta da licitante vencedora, caso o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

13.6 A Nota de Empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

**14 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

14.1 São as constantes no Anexo I deste Edital e na Minuta de Contrato;

14.2 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 15 – DA DOTAÇÃO

15.1 As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Programa controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público, Natureza de Despesa 3.3.3.90.40-08., constante do orçamento do CNMP para este fim.

## 16– DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado conforme condições estipuladas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## 17 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1 Nos termos do Art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, o CNMP designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

17.1.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

17.2 Da mesma forma, a Adjudicatária deverá indicar um preposto para, se aceito pelo CNMP representá-la na execução do Contrato.

17.3 Nos termos da Lei nº 8.666/93 constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o Contrato Assinado, acompanhado da Nota de Empenho.

17.4 O Conselho Nacional do Ministério Público, poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

* 1. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o CNMP.
  2. Analisar demais condições conforme descritas no Termo de Referência do anexo I deste edital.

## 18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A autoridade competente do CNMP, poderá **anular ou revogar** a presente licitação, bem como não homologar total ou parcialmente o objeto licitado, desde que não atendidas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, ou por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, com as devidas justificativas, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.2 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera a obrigação de indenizar, por parte da Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

18.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º, inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, mediante prévia comunicação formal e expressa por parte do CNMP à CONTRATADA, e desde que verificada a existência de dotação orçamentária e financeira para os acréscimos que se fizerem necessários, respeitados os limites legais.

18.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, durante a realização da sessão pública do pregão, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sendo possível ao Pregoeiro solicitar pareceres técnicos, pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase do presente certame e sempre que julgar necessário.

18.5 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CNMP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.7 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no item 11 do presente Edital, o lance é considerado proposta.

18.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente no CNMP.

18.9 Este Edital será fornecido a qualquer interessado nos sítios [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) e [http://www.cnmp.mp.br/portal/index.php?option=com\_content&view=article&id=242&Itemid=242](http://www.cnmp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=242&Itemid=242)ou, ainda, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, sediado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Ed. Adail Belmonte – Sala T008 (Comissão Permanente de Licitação).

18.10 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 18.9, das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

18.11 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

18.12 O CNMP não é unidade cadastradora do SICAF, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

18.13 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro no Conselho Nacional do Ministério Público, pelo correio eletrônico: [cpl@cnmp.mp.br](mailto:cpl@cnmp.gov.br).

18.14 O foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF é o competente para dirimir quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital.

Brasília, de de 2018

**Fabiana Bittencourt**

**Pregoeira**

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2018**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6360.0002985/2017-10**

**UASG – 590001**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

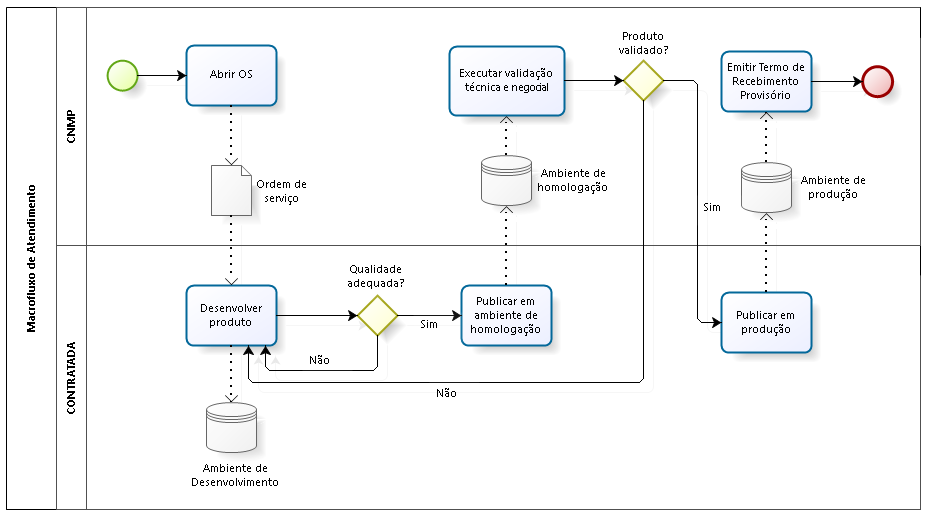
OBJETO DA CONTRATAÇÃO (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, § 1°, I)

* 1. Prestação de serviços técnicos de desenvolvimento de software na linguagem de programação Java com utilização de práticas ágeis conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, § 1°, II)
   1. **Motivação**
      1. A Sustentação e Manutenção de Sistemas do CNMP é realizada internamente pela equipe do Núcleo de Gestão de Sistemas (NGS) da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do CNMP. A equipe de desenvolvimento de Sistemas do NGS conta com 1 Coordenador e 10 Analistas de Sistemas, que hoje são responsáveis pela manutenção de 35 sistemas.
      2. Além da sustentação destes sistemas, esta equipe também é responsável pelo desenvolvimento de novos sistemas demandados pelas áreas administrativas e finalísticas do CNMP que, depois de entregues, também passarão a ser sustentados pela mesma equipe.
      3. O NGS também atua como interveniente nas diversas aquisições de sistemas realizadas pelas áreas do CNMP, participando da elaboração dos Termos de Referência e da fase de contratação das soluções. Também é pertinente ressaltar que o CNMP possui diversos sistemas desenvolvidos em decorrência da edição de Resoluções do Plenário, que determinam que estes devem estar disponíveis em prazos determinados. Por muitas vezes estes sistemas são utilizados por todas as unidades do Ministério Público da União e possuem abrangência nacional.
      4. Com a demanda descrita, torna-se inevitável a solicitação por novas soluções de software, ou mesmo a evolução das soluções existentes. Sem perspectivas de crescimento da equipe, o NGS está no limite de sua capacidade operacional e ficará impossibilitado de atender, dentro dos prazos estabelecidos, novas demandas por desenvolvimento ou sustentação de sistemas, mesmo aquelas advindas do Plenário do CNMP. Isso poderá comprometer a visão de futuro institucional do CNMP, que é a de ser o órgão de integração e desenvolvimento do Ministério Público Brasileiro.
      5. Para mitigar os riscos advindos da escassez de recursos humanos para a implantação de soluções importantes para o CNMP, é necessário elaborar uma sistemática, dentro do Núcleo de Gestão de Sistemas do CNMP, que permita o atendimento de demandas de sistemas por meio de contratação de empresa técnica especializada.
   2. **Objetivos**
      1. Contratar empresa especializada para executar, mediante ordem de serviço, serviços técnicos de desenvolvimento de software na linguagem de programação Java.
   3. **Resultados Esperados**
      1. Melhorar a qualidade e a tempestividade do desenvolvimento de software através de um modelo de contratação orientado a entregas com definição de critérios de aceitação e níveis mínimos de serviço.
      2. Aumentar a capacidade de entrega de soluções de software pelo NGS/STI.
      3. Melhorar os procedimentos internos de gestão e controle de demandas em relação ao desenvolvimento de software.
   4. **Alinhamento Estratégico**
      1. O projeto integra o Programa de Modernização Tecnológica (PMT) do CNMP, que pretende adequar os serviços de infraestrutura de redes, banco de dados, atendimento ao usuário e desenvolvimento de sistemas à nova realidade demandada pelo órgão, e faz referência às entregas do Programa previstas no item “8. Modernização do gerenciamento, desenvolvimento e documentação de software”.
      2. Ademais, relaciona-se com o Planejamento Estratégico do CNMP por atender principalmente o objetivo “Obj14 - Promover a informatização de processos” e os objetivos de contribuição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI, biênio 2016/17) “Prover soluções de TI que agreguem valor aos processos de negócio do CNMP” e “Aperfeiçoar a gestão e governança de TI”.
2. Termos e definições
   1. Neste edital, consideram-se os seguintes termos e definições:
      1. **Backlog da Sprint**: conjunto de itens do Backlog do Produto selecionados para a Sprint, juntamente com o plano para entregar o incremento do produto e atingir o objetivo da Sprint. [Guia do Scrum 2016, página 14]
      2. **Backlog do Produto**: lista ordenada de tudo que deve ser necessário no produto, e é uma origem única dos requisitos para qualquer mudança a ser feita no produto. O Product Owner é responsável pelo Backlog do Produto, incluindo seu conteúdo, disponibilidade e ordenação. [Guia do Scrum 2016, página 13]
      3. **CNMP**: Conselho Nacional do Ministério Público.
      4. **Manutenção Adaptativa**: modificação de um produto de software existente para mantê-lo funcionando adequadamente em um ambiente que sofre mudanças, quando as mudanças estão associadas aos requisitos não funcionais da aplicação. [Roteiro de Métricas de Software do SISP 2.2, páginas 8-9]
      5. **Manutenção de Garantia**: quando o sistema em produção tiver sido desenvolvido pela CONTRATADA, a manutenção corretiva será do tipo Garantia se estiver no período de cobertura e em conformidade com as demais condições de garantia previstas em contrato. [Roteiro de Métricas de Software do SISP 2.2, página 12]
      6. **Manutenção Evolutiva**: mudanças em requisitos funcionais da aplicação, ou seja, inclusão de novas funcionalidades, alteração ou exclusão de funcionalidades em aplicações implantadas. [Roteiro de Métricas de Software do SISP 2.2, página 8]
      7. **NGS**: Núcleo de Gestão de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP.
      8. **Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMSE)**: requisito mínimo de qualidade de serviço a ser prestado pelo fornecedor contratado pela Administração Pública Federal [Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU – versão 1.3, página 08].
      9. **Pontos de Função (PF)**: ou análise de pontos de função, é um método padrão para medir o desenvolvimento de software do ponto de vista do usuário, pela quantificação da funcionalidade a eles fornecida. [Livro Análise de Pontos de Função – Medição, Estimativas e Gerenciamento de Projetos de Software, 3ª Edição, Editora Érica, 2005, página 46]
      10. **Product Owner (PO)**: dono do produto, é o responsável por maximizar o valor do produto e do trabalho do Time de Desenvolvimento. É a única pessoa responsável por gerenciar o Backlog do Produto. [Guia do Scrum 2016, página 05]
      11. **Projeto de Desenvolvimento**: É o projeto para desenvolver e entregar a primeira versão de uma aplicação de software. [Roteiro de Métricas de Software do SISP 2.2, página 8]
      12. **Refinamento**: qualquer mudança ocorrida sobre uma função transacional ou de dados já previamente trabalhada na release corrente (seja por meio de uma inclusão, alteração ou exclusão), provocada pelo aprofundamento, detalhamento e complementação de requisitos durante o processo de desenvolvimento. [Roteiro de Métricas de Software do SISP 2.2, página 51]
      13. **Release**: ciclo que perpassa pelas fases do processo de desenvolvimento de software com o objetivo de entregar, ao final do ciclo, um produto pronto a ser colocado em produção para uso [Roteiro de Métricas de Software do SISP 2.2, página 51]. É uma versão incremental estável e testada do sistema e resulta de uma ou mais sprints que formam um produto que possui valor suficiente para ser utilizado. É acompanhada da documentação necessária e disponibilizada em sistema de controle de versão.
      14. **SISP**: Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.
      15. **STI**: Secretaria de Tecnologia da Informação do CNMP.
      16. **Scrum**: framework dentro do qual pessoas podem tratar e resolver problemas complexos e adaptativos, enquanto produtiva e criativamente entregam produtos com o mais alto valor possível. [Guia do Scrum 2016, página 03]
      17. **Scrum Master**: responsável por garantir que o Scrum seja entendido e aplicado. O Scrum Master faz isso para garantir que o Time Scrum adere à teoria, práticas e regras do Scrum. [Guia do Scrum 2016, página 07]
      18. **Sprint**: time-boxed de um mês ou menos, durante o qual um “Pronto”, versão incremental potencialmente utilizável do produto, é criado. [Guia do Scrum 2016, página 08]
      19. **Time de Desenvolvimento**: consiste de profissionais que realizam o trabalho de entregar uma versão usável que potencialmente incrementa o produto “Pronto” ao final de cada Sprint. [Guia do Scrum 2016, página 06]
      20. **Time Scrum**: composto pelo Product Owner, o Time de Desenvolvimento e o Scrum Master. Times Scrum são auto-organizáveis e multifuncionais. Times auto-organizáveis escolhem qual a melhor forma para completarem seu trabalho, em vez de serem dirigidos por outros de fora do Time. Times multifuncionais possuem todas as competências necessárias para completar o trabalho sem depender de outros que não fazem parte da equipe. [Guia do Scrum 2016, página 05]
3. ESTIMATIVA DE VOLUME
   1. Os volumes apresentados na tabela a seguir são estimados para uma execução anual, não caracterizando compromisso por parte do CNMP em manter o fluxo uniforme de demandas ao longo do período, cabendo à CONTRATADA a mobilização dos seus recursos para atendimento dos NMSE.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Volume Anual** | **Valor Unitário**  **Máximo Permitido**  **(R$)** | **Valor Anual**  **Máximo Admitido**  **(R$)** |
| 1 | Desenvolvimento de software | Ponto de função (PF) | 900 |  |  |

1. VIGÊNCIA DO CONTRATO
   1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
      1. É crescente a inserção de tecnologia e automação de processos internos e de negócio por soluções de TI no âmbito do CNMP. A implementação dessas soluções gera maior eficiência das atividades meio e finalísticas do órgão.
      2. Adicionalmente, há que se considerar o dinamismo inerente tanto à TI quanto aos requisitos de negócio. Mudanças no processo de trabalho, advento de novas tecnologias, ou o desenvolvimento de um projeto no ambiente organizacional, invariavelmente, geram novas necessidades e novas demandas por informatização. Nesse contexto, a velocidade de evolução e de adaptação das soluções de TI tem impacto direto nos resultados da instituição.
      3. Portanto, entende-se não haver dúvida de que os serviços de desenvolvimento e de manutenção de soluções de software não podem ser interrompidos, por serem imprescindíveis ao funcionamento do CNMP.
      4. A hipótese de contratação anual, sem a chancela de natureza continuada, exigiria enorme esforço administrativo com procedimentos anuais de contratação. É mais econômico renovar o contrato periodicamente até o limite legal permitido, desde que os serviços prestados pela CONTRATADA também continuem satisfazendo às necessidades do CNMP e os preços pactuados sejam compatíveis com os praticados no mercado.
      5. Em conclusão, entende-se que o serviço de desenvolvimento de novos sistemas e manutenção constitui demanda de caráter contínuo, uma vez que está vinculada ao atendimento das necessidades que se apresentam rotineiramente para a automatização e melhoria de processos das áreas de negócio do CNMP. Portanto, a necessidade de dispor de serviço de desenvolvimento e de manutenção de soluções de software se renova a cada ano, o que remete ao entendimento de caracterização de prestação continuada.
2. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DA SOLUÇÃO (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, § 1°, IIi e IV)
   1. **Solução**
      1. A solução consiste na prestação de serviços técnicos de desenvolvimento de software na linguagem de programação Java, na modalidade presencial, com adoção de práticas ágeis, e em conformidade com as normas e padrões estabelecidos pelo CNMP.
      2. Apresenta forma de execução em sprints com índices de produtividade e qualidade e pagamento por releases pelo tamanho funcional, em pontos de função, efetivamente entregue e validado, observada a ocorrência de refinamentos.
      3. Os serviços contratados serão executados de forma contínua, no ambiente do CNMP, mediante abertura de Ordem de Serviço (OS), sem garantia de consumo mínimo, observado o cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (NMSE).
   2. **Modalidade Presencial**
      1. Os serviços serão prestados na modalidade presencial, nas dependências do CNMP.
      2. O CNMP fornecerá o espaço físico, mobília e infraestrutura de rede necessária para a prestação do serviço. Todos os demais equipamentos, inclusive computadores, devem ser providenciados pela CONTRATADA.
      3. Os computadores, equipamentos e softwares utilizados pela CONTRATADA devem estar devidamente licenciados e em conformidade com as especificações e políticas de segurança da informação do CNMP. A comprovação de conformidade será realizada mediante avaliação técnica do CNMP.
      4. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer danos causados pela não observância às especificações e políticas de segurança do CNMP.
      5. Os computadores, equipamentos e softwares da CONTRATADA alocados nas dependências do CNMP podem ser auditados a qualquer momento e estão sujeitos aos controles de segurança do CNMP.
   3. **Horário de Prestação dos Serviços**
      1. O horário de execução padrão das ordens de serviço será das 12 horas às 19 horas, em dias úteis, observado o calendário de feriados e recessos do órgão. Assim, para fins de mensuração de índices relativos a prazo, um dia útil padrão corresponde a 7 horas.
         1. A critério do CNMP, o horário poderá ser alterado, devendo a CONTRATADA se adequar em até 30 dias.
      2. Excepcionalmente, o CNMP poderá solicitar, conforme a necessidade do serviço, a execução de atividades fora do horário padrão, inclusive aos finais de semana e feriados, sem ônus ao CNMP.
   4. **Mensuração do serviço**
      1. A mensuração dos serviços será executada em acordo com o Roteiro de Métricas do SISP.
      2. Será utilizada a métrica de pontos de função. Para efeito das contagens realizadas, de acordo com a metodologia de contagem de Pontos por Função, não será aplicado o fator de ajuste. Sendo assim, toda contagem deverá resultar em pontos por função brutos - PFB, ou não ajustados.
      3. Preconiza-se a utilização de conceitos de desenvolvimento ágil, incluindo mensuração apropriada.
         1. Os refinamentos, dentro de uma release, até o limite de 30% dos pontos de função mensurados não serão considerados retrabalho. Assim, não acarretarão custos adicionais à release durante a execução do projeto. Essas mudanças, naturais ao desenvolvimento ágil, devem ser parte integrante da formação de preço do ponto de função. Esse limite será nomeado, para fins contratuais, como "Delta".
         2. Os refinamentos que excederem o valor definido no Delta poderão ser objeto de faturamento pela CONTRATADA mediante comprovação por relatório assinado pelo profissional de métricas (ver item 6.4.5).
      4. Práticas de contagem eventualmente não especificadas no Roteiro de Métricas de Software do SISP e necessárias à metrificação dos serviços serão definidas em documento específico. A elaboração e atualização desse documento, quando necessário, contará com a colaboração da CONTRATADA e sua aprovação será a critério do CNMP. A CONTRATADA deverá seguir também as regras definidas neste documento.
      5. O profissional da CONTRATADA responsável pelas contagens deverá ter o perfil compatível com o Analista de Pontos de Função (item 8.3.7).
      6. O CNMP validará as contagens detalhadas realizadas pela CONTRATADA.
         1. Em caso de divergências de contagem, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa técnica devidamente documentada.
         2. Enquanto existirem divergências, a CONTRATADA não está autorizada a rever as estimativas de prazo e custo da demanda, bem como os níveis de atendimento da OS.
   5. **Critérios e práticas de sustentabilidade**
      1. Em atendimento ao inciso XX, do art. 9º, da Portaria CNMP-SG Nº 146, de 16 de agosto de 2017, informa-se que não se aplicam critérios e práticas de sustentabilidade por se tratar de prestação de serviços técnicos de desenvolvimento de software.
3. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, §1°, V)
   1. **Opção de Não Parcelamento do Objeto**
      1. Verifica-se que o escopo desta proposta de contratação contempla o desenvolvimento de novas soluções de software e as manutenções evolutivas, adaptativas e de garantia apenas, excluindo-se as manutenções corretivas.
      2. As solicitações de novos desenvolvimentos e de manutenções evolutivas possuem grande similaridade, pois apresentam características de projeto e utilizam metodologias de desenvolvimento próximas.
      3. As solicitações adaptativas objetivam adequar um produto a um ambiente que sofre mudanças, como mudança de sistema operacional ou de banco de dados. A empresa responsável pelos novos desenvolvimentos e manutenções evolutivas aproveitaria os conhecimentos obtidos sobre requisitos técnicos de construção de software no CNMP que serão essenciais para executar as manutenções adaptativas.
      4. As soluções de garantia, naturalmente, recaem sobre a empresa de desenvolveu a solução e ocorrerão sem ônus para o CNMP.
      5. Adicionalmente, o Acórdão TCU nº 1099/2008 concorda que o desenvolvimento de novas soluções e as manutenções adaptativas não devem ser parceladas, pois “*ocorrerá que determinados sistemas preexistentes, que devam continuar ativos, ficarão incompatíveis com os novos softwares que estão sendo contratados, necessitando, portanto, de intervenções para conformação. É de se admitir, por evidente, que quem terá plena capacidade para o serviço de manutenção adaptativa será a empresa contratada para desenvolver os novos softwares, que os conhecerá a fundo*” (item 6, voto).
      6. A vencedora do certame terá experiência no desenvolvimento de software que é utilizado para todos os serviços solicitados neste Termo de Referência. Inclusive, a técnica utilizada (pontos de função), aliada às práticas ágeis preconizadas, contempla o ciclo completo de desenvolvimento, desde as definições iniciais até a disponibilização da Solução de TI para o cliente final.
      7. Dessa forma, sustenta-se o não parcelamento do objeto, conferindo à licitante vencedora todos os serviços previstos neste Termo de Referência.
   2. **Condições Gerais**
      1. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar as normas e padrões técnicos e institucionais do CNMP, como a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do CNMP (MDS-CNMP), manuais de identidade visual, políticas de segurança da informação, aderência a ferramentas e tecnologias, entre outros.
         1. A CONTRATADA deverá realizar todas as customizações necessárias em seus processos, ferramentas e metodologias, sem ônus para o CNMP, no sentido de adequá-las ou compatibilizá-las às normas e padrões do CNMP.
      2. A critério do CNMP, as normas e padrões técnicos, manuais, ferramentas utilizadas e os modelos e padrões dos produtos e artefatos poderão ser criados e/ou atualizados em razão de evolução tecnológica ou metodológica, devendo a CONTRATADA se adequar em até 30 dias.
      3. A CONTRATADA deverá primar pela entrega dos serviços e compromissos nos prazos estabelecidos, mantendo o padrão de qualidade esperado e o atendimento dos NMSE.
         1. Todos os prazos deste Termo de Referência utilizam o conceito ágil do time-box, em que os eventos possuem uma duração máxima. Assim, toda a troca de informação e etapas intermediárias, como apresentação, validação, aprovação, homologação, correção e ajustes devem ser devidamente gerenciadas de forma que não ultrapassem o prazo original previsto.
            1. Para exemplificar, temos um cenário de definição, pela CONTRATADA, de um Plano de Transição em até 10 dias úteis que deve ser aprovado pelo CNMP.
            2. É um equívoco pensar que o prazo é atendido quando a CONTRATADA entrega ao órgão o Plano não validado ao final do 10° dia. Nesse cenário, não é incomum que a CONTRATADA agende ainda uma reunião de validação, ou ainda que o Plano apresente não conformidades que façam com que o CNMP tenha que recusar a entrega e a CONTRATADA proceda a ajustes, para então fazer uma nova entrega do Plano. Essas características fazem com que o prazo original seja extrapolado devido a inúmeras etapas intermediárias que tiram o foco do produto final: o Plano de Transição aprovado, o que na terminologia ágil seria o documento “Pronto”.
            3. As práticas ágeis trabalham com o conceito de time-box e equipes colaborativas, em que o objetivo só é atingido quando o documento está “Pronto” e aprovado pelo CNMP.
            4. Assim, a CONTRATADA, responsável pela execução do serviço, precisa gerenciar adequadamente o tempo, seus recursos e as interações com o CNMP, possivelmente com apresentações prévias e validações preliminares, de forma a obter, até o 10° dia útil, o Plano de Transição aprovado.
         2. Os artefatos e produtos gerados pelo serviço deverão atender a critérios de qualidade necessários para sua validação e aceitação, definidos neste Termo de Referência e nas normas e padrões técnicos e institucionais do CNMP, complementados por outros critérios, no que couber, na Ordem de Serviço.
      4. Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a subcontratação, a cessão e a transferência dos serviços previstos nesta Contratação.
      5. Todos os produtos resultantes dos serviços deverão ser elaborados por profissionais devidamente qualificados e conforme os perfis técnicos previstos no item 8.3.
   3. **Preposto**
      1. O acompanhamento e gestão dos serviços prestados pela CONTRATADA, nos termos da Lei 8666/1993, Artigo 68, deverá ser realizado pelo Preposto, profissional designado do quadro da CONTRATADA e aceito pelo CNMP que assumirá pessoal e diretamente a execução dos serviços contratados, responsabilizando-se pela gestão dos aspectos administrativos, financeiros e legais do contrato.
      2. O Preposto fará a interação entre o CNMP e a CONTRATADA e deverá estar presente no local da prestação do serviço, a critério do CNMP, enquanto houver ordem de serviço em andamento.
   4. **Reunião Inicial**
      1. A CONTRATADA deverá participar da Reunião Inicial, nas dependências do CNMP, em até 5 dias úteis da assinatura do contrato.
      2. Devem participar dessa reunião, obrigatoriamente, o Preposto da CONTRATADA e a equipe de fiscalização do CNMP.
      3. A Reunião Inicial objetiva alinhar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
      4. A Reunião Inicial deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:
         1. Apresentação, pela CONTRATADA, do Preposto;
         2. Apresentação, pelo CNMP, da equipe de fiscalização;
         3. Assinatura, pela CONTRATANTE, dos termos de responsabilidade e sigilo.
      5. Como resultado da Reunião Inicial, será elaborada uma ata que deverá ser aprovada e assinada por todos os participantes.
   5. **Iniciação do Contrato**
      1. A Iniciação do Contrato ocorrerá imediatamente após a Reunião Inicial e possui duração máxima de 15 dias úteis. É caracterizada pela mobilização dos recursos humanos e materiais necessários à execução contratual pela CONTRATADA.
      2. A CONTRATADA deverá providenciar:
         1. A instalação e configuração dos computadores, equipamentos e softwares devidamente licenciados no ambiente do CNMP, cabendo ao órgão providenciar a infraestrutura e acessos necessários à execução das atividades.
         2. A entrega das documentações exigidas para o início da prestação do serviço, inclusive os currículos e certificados dos profissionais designados para o contrato, que serão validados pelo CNMP.
   6. **Período de Inserção**
      1. Caracteriza-se pelo período de absorção, pela CONTRATADA, das metodologias e diretrizes do CNMP, e marca o início efetivo da prestação do serviço.
      2. Tem duração de 60 dias após o término da Iniciação do Contrato.
      3. Durante o Período de Inserção, não será aplicada glosa ou sanção por descumprimento dos NMSE. Porém, os NMSE devem ser aferidos e notificados à CONTRATADA.
   7. **Transição Contratual**
      1. A Transição Contratual compreende o período de finalização dos serviços pela CONTRATADA e será definida como o período de 60 dias que antecedem o final do contrato.
      2. Antes do início da transição contratual, a CONTRATADA deverá apresentar e obter aprovação, pelo CNMP, do Plano de Transição, que conterá, no mínimo:
         1. Relação de todas as ordens de serviço ainda não concluídas e, para cada uma, estratégia de execução com o objetivo de concluí-la antes do encerramento contratual;
         2. Atividades para garantir a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência final de conhecimentos, devolução de recursos, inclusive crachás, revogação de perfis de acesso e eliminação de caixas postais, dentre outras.
      3. A execução do Plano de Transição consiste em realizar todas as ações necessárias ao término sadio do contrato, com a conclusão das ordens de serviço e finalização das pendências contratuais.
      4. Durante a transição contratual, o CNMP poderá solicitar a elaboração, pela CONTRATADA, de documentos relativos a qualquer aspecto do desenvolvimento de software ou a sistemas específicos, de forma a garantir a retenção do conhecimento pelo órgão.
      5. Poderá, também, solicitar o repasse de conhecimentos sobre soluções desenvolvidas no escopo do contrato ao CNMP, inclusive com explicações complementares com a participação dos profissionais envolvidos na definição e desenvolvimento da solução.
      6. Nenhum pagamento será devido à CONTRATADA pela elaboração e execução do Plano de Transição.
   8. **Forma de Solicitação dos Serviços**
      1. A formalização de toda e qualquer solicitação de serviço pelo CNMP, objeto desta contratação, será realizada por meio da abertura de Ordem de Serviço (OS) formalmente documentada. Poderá ser utilizado sistema específico para controle de OS.
         1. Em caso de necessidade, o CNMP poderá solicitar a OS por telefone ou e-mail, formalizando-se a abertura da OS posteriormente.
         2. A OS poderá ser emitida em dias úteis ou não úteis em qualquer horário, devendo a CONTRATADA providenciar os meios que se fizerem necessários para possibilitar a recepção e início do atendimento de acordo com os prazos previstos neste Termo de Referência.
      2. A data de início do prazo de atendimento deverá ser registrada na OS, caso contrário a data de início será considerada a data de abertura da OS.
         1. Caso a CONTRATADA entenda que não estão presentes todas as informações necessárias à plena execução da OS, ela deverá se manifestar no prazo máximo de 1 dia útil, de forma a suspender o início da OS e solicitar esclarecimentos por parte do CNMP. Nesse cenário, a data de início ocorrerá após os esclarecimentos prestados.
         2. Para a OS de Projeto de desenvolvimento, a CONTRATADA poderá utilizar 10 dias úteis para alocação de equipe.
      3. Uma OS adotará execução por releases, conforme item 7.12.
         1. Excepcionalmente, uma OS poderá conter uma solicitação específica com objetivo e escopo bem definidos, situação em que será executada de forma isolada.
   9. **Tipos de Serviços**
      1. Uma OS demanda a execução de um dos seguintes serviços, conforme seção 0:
         1. Projeto de desenvolvimento;
         2. Visão do projeto;
         3. Manutenção evolutiva;
         4. Manutenção adaptativa;
         5. Manutenção de garantia.
   10. **Execução do Serviço**
       1. A CONTRATADA deverá primar pela entrega dos serviços nos prazos estabelecidos, mantendo o padrão de qualidade esperado e o atendimento dos NMSE.
       2. O fluxo abaixo descreve, de forma geral, um atendimento típico:



* + - 1. A CONTRATADA, mediante OS, irá desenvolver o produto em ambiente de desenvolvimento e, ao atingir a qualidade esperada pelo contrato, o publicará em ambiente de homologação. A partir desse momento, o serviço já está sujeito a validações técnicas e negociais pelo CNMP.
         1. Desconformidades técnicas ou negociais serão registradas na OS, conforme os NMSE, e sujeitarão a CONTRATADA a glosas e sanções.
      2. O tempo de atendimento da OS será o período decorrido desde a abertura (ou data de início registrada conforme item 7.8.2) e a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP).
         1. O TRP marca o momento em que o produto desenvolvido é disponibilizado em ambiente de produção.
         2. Mediante solicitação da área gestora ou impedimento técnico aceito pelo CNMP, o TRP poderá ser emitido ainda no ambiente de homologação, somente após as validações técnicas e negociais.
    1. Durante a execução da OS, caso a CONTRATADA encontre barreiras ou impedimentos que fujam do seu controle e gestão e impeçam o andamento da demanda, ela deverá notificar tempestivamente o CNMP de forma motivada.
       1. As barreiras ou impedimentos reportados pela CONTRATADA serão analisados pelo CNMP. Não serão aceitas motivações que remetam à falta de controle/gestão pela CONTRATADA ou a situações típicas do desenvolvimento de software.
          1. Como exemplo, podemos citar a homologação de funcionalidades pelo demandante, atividade típica e esperada do ciclo de desenvolvimento de software. Uma boa gestão avalia a agenda de todos os participantes, de forma prévia, e planeja um calendário de homologações. Um cenário em que a CONTRATADA solicitou a marcação de uma série de reuniões de homologação de última hora, por falta de planejamento, e que foram negadas pelo demandante, não constitui justificativa para solicitar replanejamento da ordem de serviço.
          2. Um cenário distinto seria o caso em que o demandante, ciente do calendário de homologação previamente acordado, precisa se ausentar por vários dias por conta de compromissos alheios ao projeto. A CONTRATADA, caso apresente esse fato ao CNMP e demonstre que ele afetou o cumprimento do prazo, poderá solicitar um replanejamento e será devidamente aceito pelo CNMP.
       2. Caso o CNMP concorde com as motivações apresentadas e entenda que elas prejudicaram o cumprimento do prazo e a CONTRATADA tenha gerenciado a execução do serviço de maneira adequada, a ordem de serviço poderá ser replanejada.
    2. Eventuais problemas da CONTRATADA durante a execução da OS que prejudiquem ou impossibilitem o atendimento não geram alteração de prazo e serão aplicadas as penalidades e/ou glosas previstas contratualmente.
  1. **Prazos Máximos de Execução**
     1. Os prazos máximos para a execução das demandas estão especificados na tabela abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| Tipo da Demanda | Prazo Máximo |
| Até 10 PF | 9 dias úteis |
| De 11 PF a 20 PF | 18 dias úteis |
| De 21 PF a 30 PF | 27 dias úteis |
| De 31 PF a 40 PF | 36 dias úteis |
| De 41PF a 50 PF | 45 dias úteis |
| De 51 PF a 60 PF | 54 dias úteis |
| De 61 PF a 70 PF | 63 dias úteis |
| De 71 PF a 85 PF | 70 dias úteis |
| De 86 PF a 99 PF | 79 dias úteis |
| Visão do Projeto | 10 dias úteis |
| Garantia | 2 dias úteis |

* + 1. Os prazos descritos acima são os máximos aceitáveis pelo CNMP. A MDS descreverá a forma de execução e os prazos para cada tipo de demanda, que serão utilizados para a apuração dos NMSE.
       1. Prazos não especificados serão definidos pelo CNMP. A tabela poderá ser atualizada e a CONTRATADA deverá se adequar em até 30 dias.
  1. **Execução por Releases**
     1. O modelo de execução por releases preconiza a utilização de conceitos das metodologias ágeis de desenvolvimento de software e ciclo iterativo utilizando sprints realizadas em prazo fixo.
     2. Para o entendimento inicial de uma necessidade da instituição, o CNMP poderá solicitar, caso necessário, a execução de uma OS de Visão do Projeto, de acordo com a MDS.
        1. A Visão do Projeto deverá capturar o objetivo de negócio do sistema e a estratégia de execução do projeto, seus módulos e divisões.
        2. A OS da Visão do Projeto será remunerada no valor fixo de 2 PF.
     3. As necessidades do projeto serão agrupadas em releases, constituídas de no máximo 3 sprints, que entregam um produto que possui valor suficiente para ser utilizado (item 3.1.13).
     4. Cada release terá que cumprir produtividade mínima (item 8.4.8) e suas sprints terão prazo fixo.
        1. A produtividade mínima da release será derivada da quantidade de sprints, onde cada sprint de 15 dias úteis deverá produzir, no mínimo, 25 pontos de função.
        2. A forma de execução por releases será descrita na MDS e poderá sofrer alteração a critério do CNMP.
     5. A sprint é executada conforme a MDS, seguindo os ritos e formas de execução definidos, e os artefatos resultantes serão submetidos ao CNMP para validação técnica e negocial.
     6. Na entrega de cada release, a CONTRATADA deverá apresentar a contagem de pontos de função detalhada das funcionalidades entregues. Essa contagem será utilizada para fins de faturamento.
     7. A CONTRATADA é responsável pela qualidade, integridade e adequação dos produtos entregues às diretrizes do CNMP. Artefatos entregues com não conformidades sujeitam a CONTRATADA a glosas e penalidades decorrentes de não atendimento aos NMSE.
  2. **Execução por Fases**
     1. Excepcionalmente, a critério do CNMP, poderá ser solicitada a execução de projeto de desenvolvimento baseado em fases do ciclo de vida, conforme item “6.1.2.1 Distribuição de Esforço por Fase do Projeto” do Roteiro de Métricas do SISP. Neste caso, poderá ser solicitada a execução de uma ou mais fases conforme percentuais de esforço e remuneração abaixo aplicados no tamanho funcional do projeto ou solicitação:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Fase | Esforço | Remuneração  (em % do tamanho funcional) |
| Engenharia de Requisitos | 25% | 25% |
| Design/Arquitetura | 10% | 10% |
| Implementação | 40% | 40% |
| Testes | 15% | 15% |
| Homologação | 5% | 5% |
| Implantação | 5% | 5% |

1. GESTÃO DO CONTRATO (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, §1°, VI)
   1. **Fluxo de faturamento**
      1. O fluxo de faturamento tem início após a emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) pelo CNMP, conforme art. 73, inciso I, alínea “a” da Lei 8666/1993.
      2. Após a emissão do TRP, o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) será emitido pelo CNMP, conforme art. 73, §3º da Lei 8666/1993.
      3. O CNMP autorizará a CONTRATADA a emitir fatura mensal que conterá todas as ordens de serviço com TRD emitidos até o dia 20 do mês corrente, subtraídas as glosas aplicadas em função da aferição dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMSE) e outros descontos aplicáveis.
      4. A CONTRATADA deverá entregar as faturas no setor de protocolo do CNMP, acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos, atestes de regularidade e outros necessários ao pagamento.
         1. O CNMP devolverá faturas que apresentem inconsistências ou ausência dos documentos.
         2. O CNMP poderá definir meio de entrega digital.
   2. **Garantia Técnica dos Serviços**
      1. Todos os serviços terão garantia durante a vigência do contrato e adicionalmente de 3 (três) meses após o encerramento contratual.
      2. Durante o período acima mencionado, defeitos, erros ou falhas em qualquer artefato resultante da ordem de serviço, incluindo as ferramentas utilizadas, deverão ser reparados sem ônus para o CNMP.
      3. Durante o período de garantia, todas as despesas com a equipe necessária para o atendimento de garantia serão custeadas pela CONTRATADA, sem ônus para o CNMP.
      4. Para realização de garantia serão abertas OS de Garantia.
         1. A não resolução das OS de garantia nos prazos estabelecidos neste instrumento poderão ensejar aplicação de sanções.
   3. **Qualificação Técnica dos Profissionais**
      1. A prestação dos serviços ocorrerá por equipes chamadas de Time Scrum, formadas pelo Product Owner (papel exercido pelo CNMP), Scrum Master e Time de Desenvolvimento.
      2. O Time de Desenvolvimento é o grupo de desenvolvedores que constrói o produto. É constituído pelos perfis Arquiteto de Software e Desenvolvedor.
      3. Um Time Scrum deverá cumprir os requisitos mínimos de formação, experiência e certificação definidos abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| TIME SCRUM | | | | |
| Perfil | **Formação** | **Experiência** | **Certificação** |
| Product Owner | (Papel exercido pelo CNMP) | | | |
| Scrum Master | Um dos requisitos abaixo, mediante apresentação de certificado reconhecido pelo Ministério da Educação:  1) Graduação de nível superior em TI ou áreas correlatas ou;  2) Pós-graduação em TI ou áreas correlatas. | 2 anos como Scrum Master | 1) Certified Scrum Master (CSM) |
| Time de Desenvolvimento – Arquiteto de Software | Um dos requisitos abaixo, mediante apresentação de certificado reconhecido pelo Ministério da Educação:  1) Graduação de nível superior em TI ou áreas correlatas ou;  2) Pós-graduação em TI ou áreas correlatas. | 2 anos como Arquiteto de Software Java | Uma das certificações abaixo:  1) Oracle Certified Expert, Java EE 6 Web Component Developer  2) Oracle Certified Expert, Java EE 6 JavaServer Faces Developer  3) Oracle Certified Master, Java EE 6 Enterprise Architect |
| Time de Desenvolvimento – Desenvolvedor | Um dos requisitos abaixo, mediante apresentação de certificado reconhecido pelo Ministério da Educação:  1) Graduação de nível superior em TI ou áreas correlatas ou;  2) Pós-graduação em TI ou áreas correlatas. | 2 anos como Desenvolvedor Java | - N/A |

* + 1. Além da formação mínima, um Time de Desenvolvimento deverá cumprir os seguintes requisitos:
       1. Pelo menos dois integrantes devem ter a certificação “Oracle Certified Professional, Java SE 7/8 Programmer”.
       2. Pelo menos um dos integrantes deve ter a certificação “Certified Scrum Developer (CSD)”.
    2. O Scrum Master poderá ser compartilhado por até 3 Times Scrum, desde que não haja prejuízo das atribuições e prestação do serviço.
    3. Os Arquitetos de Software e Desenvolvedores do Time de Desenvolvimento não poderão fazer parte de mais de um Time Scrum.
    4. Além dos profissionais que compõem o Time Scrum, destacam-se os seguintes perfis profissionais da CONTRATADA que terão atuação neste contrato:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| OUTROS PERFIS PROFISSIONAIS DA CONTRATADA | | | |
| Perfil | **Formação** | **Experiência** | **Certificação** |
| Preposto | Um dos requisitos abaixo, mediante apresentação de certificado reconhecido pelo Ministério da Educação:  1) Graduação de nível superior em TI ou áreas correlatas ou;  2) Pós-graduação em TI ou áreas correlatas. | 2 anos atuando em gestão de contratos de prestação de serviços técnicos de TI com a Administração Pública | - N/A |
| Analista de Pontos de Função | Um dos requisitos abaixo, mediante apresentação de certificado reconhecido pelo Ministério da Educação:  1) Graduação de nível superior em TI ou áreas correlatas ou;  2) Pós-graduação em TI ou áreas correlatas. | 2 anos como Analista de Pontos de Função | 1) Certified Function Point Specialist (CFPS) |

* + 1. É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar, gerenciar e definir seus profissionais que compõem o Time Scrum de forma a atender todos os serviços de acordo com os NMSE.
    2. A não comprovação da qualificação dos profissionais da CONTRATADA nos prazos previstos neste termo de referência pode, salvo motivo de força maior, caracterizar inexecução parcial do contrato.
    3. O CNMP poderá, caso considere que os profissionais indicados não apresentem o nível técnico satisfatório, ou mesmo mantenham comportamento inadequado no ambiente de trabalho, a qualquer tempo, solicitar sua substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 dias úteis.
    4. Os profissionais atuantes nesta contratação somente poderão ser substituídos pela CONTRATADA caso os substitutos possuam os requisitos profissionais estabelecidos neste Termo de Referência, devendo a documentação comprobatória de qualificação ser encaminhada até dois dias úteis antes da data prevista para início das atividades do profissional.
  1. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**
     1. Os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMSE) avaliam o cumprimento de produtividade e qualidade da CONTRATADA na execução dos serviços.
     2. Os indicadores serão apurados ao final de cada release, avaliando se o produto foi entregue com a produtividade, qualidade e atingimento de histórias esperadas pelo contrato.
        1. Exclui-se do cálculo os períodos em que o CNMP tenha contribuído para um atraso não esperado.
     3. Os indicadores de qualidade serão apurados sempre que houver uma entrega formalizada, conforme item 7.10.2, e poderão ser objeto de verificações enquanto a ordem de serviço não for finalizada.
     4. A CONTRATADA deverá executar os serviços e entregar os produtos cumprindo os NMSE para cada indicador, cuja inobservância resultará na redução pecuniária dos valores faturados, de acordo com o índice apurado.
     5. A glosa efetuada em uma ordem de serviço devido a um indicador não exclui a incidência de glosa na mesma ordem de serviço devido a outro indicador. Ou seja, uma ordem de serviço poderá sofrer glosa por descumprimento de desempenho e por recusas ocorridas durante as inspeções.
     6. Considera-se recusa qualquer inconsistência relevante encontrada durante a inspeção ou homologação de entregas parciais ou finais formalizadas em uma Ordem de Serviço (OS), ensejando devolução do artefato para providências necessárias. A recusa não interrompe o prazo de execução da OS.
        1. As estratégias de inspeção serão definidas pelo CNMP e poderão sofrer alterações durante a execução do contrato.
     7. Para os cálculos dos NMSE, os valores decimais serão apresentados com 2 (duas) casas decimais sem arredondamento.
     8. Indicador de Descumprimento de Produtividade (IDP)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **Descrição/Objetivo do Indicador** | Avaliar o nível de descumprimento da produtividade prevista para as Ordens de Serviço (OS) através do cálculo percentual de produtividade da release. Para fins de cálculo do NMSE, o prazo de atendimento encerra-se com a emissão do TRP. |
| **2** | **Momento da Consolidação do Indicador** | Após a emissão do TRP de uma OS. |
| **3** | **Método de Medição (Fórmula)** | Produtividade Esperada na Release (PER) = tamanho funcional esperado para entregar em uma release conforme produtividade mínima definida (ver 7.12.4.1).  Tamanho Funcional Entregue (TFE) = contagem detalhada da release, excluindo-se os refinamentos. |
| IDP = 1 - TFE / PER. Se IDP < 0, então IDP = 0. |
| **4** | **Glosa** | Valor da Glosa (R$) = IDP \* 0,4 \* Valor da O.S.  O valor da glosa aplicado por conta desse indicador será limitado a 20% do valor da OS. |
| **5** | **Sanção** | Se o IDP for superior a 0,5, além da glosa, aplica-se uma multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor da OS e poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, a critério do CNMP. |
| **6** | **Exemplos** | Exemplo 01: Execução com Boa Produtividade |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Release de apenas 1 sprint de 15 dias úteis que entregou 30 PF.  IDP =  Como IDP < 0, então considera-se IDP = 0.  Nesse cenário, a CONTRATADA cumpriu a produtividade esperada e não há glosa nem sanção. |
| Exemplo 02: Execução com Baixa Produtividade |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Release com 2 sprints, onde a 1ª sprint entregou 30 PF e a 2ª entregou 10 PF. Como são 2 sprints, a PER é igual a 50 PF, ou seja, 25 PF para cada sprint.  IDP =  Nesse cenário, a CONTRATADA descumpriu a produtividade esperada e há somente a aplicação da glosa abaixo:  Valor da Glosa (R$) = 0,2 \* 0,4 \* 10.000,00 = 800,00. |
| Exemplo 03: Execução com Baixíssima Produtividade |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Release de apenas 1 sprint de 15 dias úteis que entregou 10 PF.  IDP =  Nesse cenário, a CONTRATADA descumpriu a produtividade esperada e há aplicação de glosa e multa conforme abaixo:  Valor da Glosa (R$) = 0,6 \* 0,4 \* 10.000,00 = 2.400,00. Porém, a glosa é limitada ao valor de 20% do valor da OS. Nesse caso, então, é aplicada glosa de R$ 2.000,00.  Adicionalmente, há a aplicação de multa no valor de 5%:  Multa (R$) = 5% \* 10.000,00 = 500,00. |

* + 1. Indicador de Qualidade da Entrega (IQE)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **Descrição/Objetivo do Indicador** | Avaliar o volume de rejeição durante a execução da Ordem de Serviço (OS). O objetivo é calcular quantas recusas técnicas, conforme manuais e diretrizes técnicas do CNMP, e negociais ocorreram durante a execução do serviço. |
| **2** | **Momento da Consolidação do Indicador** | Após a emissão do TRP de uma OS. |
| **3** | **Método de Medição (Fórmula)** | IQE = Quantidade Recusas \* Fator de Reajuste Glosa   |  |  | | --- | --- | | Fator de Reajuste Glosa | | | <= 3 recusas | > 3 recusas | | 0,01 | 0,03 | |
| **4** | **Glosa** | Valor da Glosa (R$) = IQE \* Valor da O.S.  O valor da glosa aplicado por conta desse indicador será limitado a 15% do valor da OS. |
| **5** | **Sanção** | Se o IQE for superior a 0,15, além da glosa, aplica-se uma multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor da OS e poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, a critério do CNMP. |
| **6** | **Exemplos** | Exemplo 01: Qualidade com Glosa e sem Multa |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Quantidade Recusas = 2  IQE = Quantidade Recusas \* Fator de Reajuste Glosa  IQE = 2 \* 0,01  IQE = 0,02  Nesse cenário, a CONTRATADA apresentou recusas de qualidade e há aplicação de glosa:  Glosa (R$) = IQE \* Valor da OS  Glosa (R$) = 0,02 \* R$ 10.000,00  Glosa (R$) = R$ 200,00 |
| Exemplo 02: Qualidade com Glosa e com Multa |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Quantidade Recusas = 6  IQE = Quantidade Recusas \* Fator de Reajuste Glosa  IQE = 6 \* 0,03  IQE = 0,18  O valor da glosa seria de R$ 1.800,00. Porém, a glosa é limitada ao valor de 15% do valor da OS. Nesse caso, então, é aplicada glosa de R$ 1.500,00.  Adicionalmente, há a aplicação de multa no valor de 5%:  Multa (R$) = 10% \* 10.000,00 = 500,00. |

* + 1. Indicador de Atingimento de Histórias (IAH)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1** | **Descrição/Objetivo do Indicador** | Avaliar se as histórias de usuário prometidas para a release foram entregues e validadas. |
| **2** | **Momento da Consolidação do Indicador** | Após a emissão do TRP de uma OS. |
| **3** | **Método de Medição (Fórmula)** | IAH (%) = (Nº Histórias Entregues) / (Nº Histórias Prometidas Para a Release) |
| **4** | **Glosa** | |  |  | | --- | --- | | IAH | Glosa | | >= 90% | 0% do valor da OS | | >= 70% | 5% do valor da OS | | >= 50% | 10% do valor da OS | | < 50% | 15 % do valor da OS | |
| **5** | **Sanção** | Se o IAH for inferior a 50%, além da glosa, aplica-se uma multa no valor de 5% (CINCO por cento) do valor da OS e poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, a critério do CNMP. |
| **6** | **Exemplos** | Exemplo 01: Atingimento Bom de Histórias |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Quantidade de Histórias Entregues = 9  Quantidade de Histórias Prometidas = 10  IAH = 9 / 10  IAH = 90 %  Nesse cenário, a CONTRATADA atingiu um valor de IAH igual ou superior a 90% e não há aplicação de glosa. |
| Exemplo 02: Atingimento Ruim de Histórias |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Quantidade de Histórias Entregues = 3  Quantidade de Histórias Prometidas = 5  IAH = 3 / 5  IAH = 60 %  Nesse cenário, a CONTRATADA atingiu um valor de IAH igual ou superior a 50% e há aplicação de glosa de 10% do valor da OS, ou seja, de R$ 1.000,00. |
| Exemplo 03: Atingimento Péssimo de Histórias |
| Cenário:  Valor da OS = R$ 10.000,00  Quantidade de Histórias Entregues = 2  Quantidade de Histórias Prometidas = 5  IAH = 2 / 5  IAH = 40 %  Nesse cenário, a CONTRATADA atingiu um valor de IAH inferior a 50% e há aplicação de glosa de 15% do valor da OS, ou seja, de R$ 1.500,00, e uma multa adicional de R$ 500,00 (5% do valor da OS). |

* 1. **Direitos de Propriedade Intelectual e Direitos Autorais**
     1. Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre todos artefatos produzidos ao longo do contrato são de propriedade do CNMP.
     2. Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos que forem produzidos, manuseados e utilizados, são de propriedade do CNMP, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CNMP.
     3. Fica a CONTRATADA obrigada a guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva do CNMP, sendo vedada à CONTRATADA sua cessão, locação ou venda a terceiros sem autorização formal do CNMP.
     4. A CONTRATADA deverá entregar ao CNMP toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto da contratação, bem como cederá ao CNMP, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, código-fonte, executáveis, páginas na Intranet/Internet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.
     5. Todos os componentes deverão ser entregues acompanhados do seu respectivo código-fonte.
     6. A CONTRATADA declara e garante que, para o cumprimento de suas obrigações relativas ao presente contrato, não infringirá patentes, licenças, copyright ou outros direitos de propriedade, nem violará quaisquer outros direitos de terceiros, inclusive royalties e taxas de licença, quer de pessoa física ou jurídica.

1. Sanções Aplicáveis (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, § 1°, IX)
   1. Conforme o disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, na hipótese da CONTRATADA, dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da presente contratação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste contrato/objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, se for o caso, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato, e no Edital e das demais cominações legais.
   2. Uma vez iniciados os serviços contratados, a execução incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores dessa seção:
      1. Advertência;
      2. Multa, nas seguintes hipóteses e nas demais previstas neste termo de referência:
         1. Multa moratória de 0,1% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 15 dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.
         2. Pela caracterização de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de até 5% do valor global do contrato.
         3. Após 60 dias de atraso, os serviços poderão, a critério do CNMP, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.
         4. Pela caracterização de inexecução total do objeto contratado, será aplicada multa de 10% do valor global do contrato.
      3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNMP, por até 02 (dois) anos.
      4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
   3. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.
   4. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.
   5. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:
      1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   6. Da aplicação das penas definidas no caput e no § 1º do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.
   7. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
   8. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.
   9. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 03 Lote 02, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.
   10. As penalidades previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/93).
   11. Além das multas previamente previstas, a CONTRATADA também está sujeita às multas da tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Item | Ocorrência | Multa |
| 1 | Não comparecer à Reunião Inicial dentro do prazo estipulado. | Multa de 0,30% sobre o valor total anual do contrato. |
| 2 | Não obter aprovação do Plano de Transição dentro do prazo estipulado. | Multa de 0,30% sobre o valor total anual do contrato. |
| 3 | Suspender ou interromper os serviços solicitados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito aceito pela Administração. | Multa de 0,30% sobre o valor total anual do contrato por ocorrência. |
| 4 | Reincidência no descumprimento das normas e diretrizes definidas pelo CNMP no atendimento dos serviços. | Multa de 0,20% sobre o valor total anual do contrato por ocorrência. |
| 5 | Não fornecer todos os dados, versões finais dos artefatos, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços durante a transferência do conhecimento técnico e operacional nos eventos de encerramento do contrato. | Multa de 0,05% do valor total anual do contrato para cada dia de atraso até o limite de 15 dias úteis. |
| 6 | Não prestar os esclarecimentos formais, imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que deverão ser respondidos em até 48 horas. | Multa de 0,10% sobre o valor total anual do contrato por ocorrência. |
| 7 | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada especificamente nessa tabela. | Multa de 0,10% sobre o valor total anual do contrato por ocorrência. |
| 8 | Não apresentar Garantia Financeira | Multa de 0,08% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2%, nos casos de atraso na apresentação, atualização, reposição e complementação da garantia financeira, quando for exigida.  - o atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/93. |

1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CNMP
   1. Além de outras obrigações previstas neste documento, o CNMP obriga-se a:
      1. Proporcionar todas as facilidades previstas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência.
      2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 23 da Resolução CNMP nº 102.
      3. Encaminhar formalmente a demanda, por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
      4. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
      5. Fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência, sendo permitida a participação de terceiros para prestar assistência ou informações julgadas pertinentes.
      6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA.
      7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
      8. Notificar à CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.
      9. Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto deste Termo de Referência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.
      10. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato.
      11. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais, procedimentos e/ou serviços fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
      12. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações e esclarecimentos eventualmente necessários à execução do objeto.
      13. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de prestação dos serviços, respeitadas as normas internas de segurança e conduta do CNMP.
      14. Homologar os serviços prestados de acordo com os requisitos pré-estabelecidos na OS e outros padrões estabelecidos pelo CNMP, atestando as respectivas faturas.
      15. Efetuar a verificação dos serviços efetivamente prestados, promovendo glosas na fatura, se for o caso.
      16. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução do objeto do Termo de Referência, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente.
      17. Vetar o emprego de qualquer produto, no todo ou em parte, que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores.
      18. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.
      19. Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro das condições estabelecidas neste instrumento.
      20. Solicitar ao preposto todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
   1. Além de outras obrigações previstas neste documento, a CONTRATADA obriga-se a:
      1. Vincular a execução contratual a todas as especificações dos documentos constantes do processo de contratação, incluindo Edital, Contrato, Anexos, Planilhas de Proposta e formação de preços e outros instrumentos.
      2. Acatar as normas e diretrizes estabelecidas pelo CNMP, para execução do objeto deste Termo de Referência.
      3. Utilizar pessoal habilitado à prestação dos serviços para os quais se obrigou.
      4. Quando no ambiente do CNMP, manter seus funcionários sujeitos às normas disciplinares do órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com o CNMP.
      5. Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do CNMP.
      6. Indicar e manter preposto para representá-la junto ao CNMP durante toda a execução do contrato, desde que aceito pela administração do órgão.
      7. Manter, ainda, seus empregados e prepostos identificados por crachá, quando em trabalho.
      8. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus funcionários no atendimento ao contrato.
      9. Comunicar ao CNMP qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
      10. Atender prontamente quaisquer orientações, questionamentos e exigências da fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
      11. Submeter à prévia aprovação do CNMP toda e qualquer alteração na execução do objeto deste Termo de Referência.
      12. Manter, durante a execução do contrato a ser firmado, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
      13. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CNMP.
      14. Comunicar à fiscalização do contrato, por escrito, qualquer anormalidade que ponha em risco a execução do objeto.
      15. Guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva do CNMP.
      16. Substituir imediatamente, a critério do CNMP, a qualquer tempo, e sem nenhum ônus adicional, qualquer profissional do seu corpo técnico cuja presença seja considerada indesejável ou inconveniente, em virtude de comportamento inadequado.
      17. Acatar, nas mesmas condições ofertadas, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, as solicitações do CNMP para acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias à execução do objeto licitado.
      18. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CNMP ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CNMP.
      19. Comunicar ao CNMP, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.
      20. Prover os serviços demandados dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade especificada.
      21. A CONTRATADA deverá designar um funcionário de seu quadro para representá-la no aceite e recebimento definitivos dos serviços junto ao CNMP.
      22. O Preposto da CONTRATADA, diante de situações de irregularidades de caráter urgente, deverá comunicar o CNMP, por escrito, com os esclarecimentos julgados necessários e as informações sobre possíveis paralisações de serviços.
3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (RESOLUÇÃO CNMP 102/2013, ART. 16, § 1°, X)

* 1. **Qualificação Técnica da CONTRATADA**
     1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:
        1. Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando desempenho anterior na execução de contratos individuais de desenvolvimento ou manutenção de sistemas, no período de 12 (doze) meses consecutivos, com volumes não inferiores a 50% do total de pontos de função desta contratação, utilizando linguagem Java para web.
        2. Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando desempenho anterior na execução de contratos individuais de desenvolvimento ou manutenção de sistemas, no período de 12 (doze) meses consecutivos, com volumes não inferiores a 20% do total de pontos de função desta contratação, utilizando práticas ágeis.
        3. Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência em contagem de Ordens de Serviço baseada na técnica de Análise de Ponto de Função (APF) do International Function Point Users Group (IFPUG), realizada por Especialista Certificado em Ponto de Função (Certified Function Point Specialist – CPFS) pelo IFPUG, no período de 12 (doze) meses consecutivos, com volumes não inferiores a 50% do total de pontos de função desta contratação.
     2. Todos os atestados apresentados deverão considerar um período ininterrupto de 12 (doze) meses de serviço prestado e devem ser referentes ao polo de desenvolvimento que atenderá o CNMP.
     3. Serão considerados apenas os volumes de serviços atestados referentes a novos desenvolvimentos de sistemas ou a manutenções evolutivas/adaptativas.
     4. Conforme previsto no §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93, os atestados de capacidade técnica apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do CNMP, para verificação de autenticidade de seu conteúdo. A impossibilidade de verificação tornará o atestado inválido.
        1. Caso o CNMP entenda necessário, poderão ser solicitadas as cópias dos contratos e aditivos da prestação do respectivo serviço e das Notas Fiscais correspondentes aos atestados apresentados.
     5. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.
     6. Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial contemplando os mesmos projetos no mesmo período serão considerados como um único atestado, computando-se o de maior volume.
     7. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.
     8. A proposta da LICITANTE deverá conter uma seção relacionando cada critério de seleção do fornecedor descrito no subitem 12.1.1 deste Termo de Referência com as páginas da proposta onde o requisito é comprovado.

1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. Os recursos dessa contratação estão consignados na Classe de Orçamento 8010 (Geral) e Natureza de Despesa 33.90.40-08 (Desenvolvimento de Software).
2. PAGAMENTO
   1. O CNMP pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento definitivo do objeto, acompanhada do atesto do Fiscal do contrato, conforme o disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
   2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/96), será obrigada a informar no corpo da nota fiscal e apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.
   3. O pagamento será feito por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal do fornecimento, acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato.
   4. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, e ainda, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da CONTRATADA, e a descrição clara e sucinta do objeto.
   5. Sobre o valor da Nota Fiscal, o CNMP fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012.
   6. A CONTRATADA deverá, ainda, junto com a Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.
   7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
   8. Ao CNMP fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DO AMBIENTE TECNOLÓGICO**

1. CONDIÇÕES GERAIS
   1. Todas as tecnologias, frameworks e ferramentas utilizadas estão sujeitas a atualizações, devendo a CONTRATADA se adequar e utilizar as versões definidas pelo CNMP.
2. ARQUITETURA PADRÃO
   1. **Servidores de Aplicação**
      1. JBoss Enterprise Application Platform (JBoss EAP) 6.4.
   2. **Banco de Dados**
      1. Oracle 11g.
      2. Powerdesigner 15.
   3. **Desenvolvimento**
      1. Java 8.
      2. Hibernate 4.
      3. JBoss Seam 2.3.
      4. Primefaces 6.1.
      5. Maven 3.3.
      6. Git 2.14.
   4. **Testes e Controle de Qualidade**
      1. Cucumber 2.
      2. Selenium 3.5.
      3. Sonar 6.5.
   5. **Gestão de Configuração**
      1. Jenkins 2.45.
      2. Artifactory 4.16.0.
   6. **Browser**
      1. Chrome 61.
      2. Internet Explorer 11.
      3. Firefox 55.
3. LEGADO
   1. Os sistemas legados podem utilizar as seguintes tecnologias que diferem da arquitetura padrão:
      1. Java 6.
      2. JBoss Application Server (JBoss AS) 5.1.
      3. JBoss Seam 2.2.
      4. Hibernate 3.4.
      5. SVN 1.8.19.

**ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE VISTORIA TÉCNICA**

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada pelo Sr. (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de participação no Pregão em referência, que realizou visita técnica ao CNMP, onde puderam ser analisadas e dirimidas todas as questões técnicas relativas à infraestrutura e às especificações constantes no Edital e Termo de Referência.

DECLARO ainda que todas as informações recebidas por ocasião da visita técnica ao CNMP serão mantidas em sigilo, não cabendo divulgação de qualquer espécie.

Brasília (DF), \_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Representante Legal da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Servidor responsável por acompanhar a visita

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) sob RG n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, colaborador da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF com o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em razão da execução das atividades previstas do contrato CNMP nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, tomei conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Conselho Nacional do Ministério Público e aceito as regras, condições e obrigações constantes no presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Conselho Nacional do Ministério Público.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.
3. Neste ato comprometo a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do CNMP, das informações restritas reveladas.
4. Estou ciente que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao CNMP, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
5. Obrigo-me, perante o CNMP, informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
6. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data da assinatura de contrato entre o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e a CONTRATADA.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes no presente Termo, assino-o.

Brasília (DF), \_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO D DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**LISTA DE SISTEMAS**

|  |  |
| --- | --- |
| **SISTEMAS FINALÍSTICOS** | |
| Consultas Processuais (Metaframe) | https://aplicativos.cnmp.mp.br/consultaProcessual |
| Banco de Processos | http://bancodeprocessos.cnmp.mp.br |
| Banco de Projetos | https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br |
| Cadastro Nacional de Violência Doméstica | https://scnvd.cnmp.mp.br |
| CNMP Ind | https://aplicativos.cnmp.mp.br/cnmpind |
| Inqueritômetro | https://inqueritometro.cnmp.mp.br/inqueritometro |
| Ofício CN | http://oficiocn.cnmp.mp.br |
| Portal de Direitos Coletivos | http://www.cnmp.mp.br/direitoscoletivos |
| Sessão Eletrônica | http://sessaoeletronica.cnmp.mp.br |
| Sistema de Informações de Natureza Disciplinar | http://sind.cnmp.mp.br |
| SISCOR – Sistema Processual da Corregedoria | http://siscor.cnmp.mp.br |
| Sistema Correição de Inspeção (SCI) | https://sci.cnmp.mp.br |
| Sistema de Acompanhamento de Decisões Processuais – SPR | http://spr.cnmp.mp.br |
| Sistema de Cadastro de Membros | https://scmmp.cnmp.mp.br/ |
| Sistema de Controle de Acesso | https://sca.cnmp.mp.br |
| Sistema de Inspeções Prisionais (SIP-MP) | https://sipmp.cnmp.mp.br |
| Sistema de Registro de Mortes em Autos de Infração | https://srmar.cnmp.mp.br |
| Sistema de Resoluções | https://sistemaresolucoes.cnmp.mp.br |
| **SISTEMAS ADMINISTRATIVOS** | |
| Sistema de Telefonia | http://telefonia.cnmp.gov.br:8080/telefonia |
| Fênix | http://fenix.cnmp.gov.br |
| Grifo | http://grifo.cnmp.gov.br |
| SEI | https://sei.cnmp.mp.br/ |
| Sistema de Inscrições de Eventos | https://aplicativos.cnmp.mp.br/inscricaoEventos |

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2018**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6320.0002985/2017-10**

**UASG – 590001**

**ANEXO II**

**PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**AO: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2018**

**Dados da Empresa**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Eletrônico (*e-mail*):

Tel/Fax:

Endereço:

Banco: Agência: C/C:

**Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do Contrato**

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

Endereço Eletrônico (*e-mail*):

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Volume Anual** | **Valor Unitário** | **Valor total** |
| 01 | Desenvolvimento de software, conforme especificações constantes no Edital, | Ponto de Função (PF) | 900 |  |  |
| **Valor Total Anual** | | | | |  |
|  | | | | |  |

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Obs.1: Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos, como impostos, taxas, fretes, garantia e serviços de instalação.

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PROPONENTE

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2018**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6320.002985/2017-10**

**UASG – 590001**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**

**(RESOLUÇÃO CNMP 01/2005 e nº 07/2006)**

(Nome/razão social) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **DECLARO**, nos termos da Resolução nº 01, de 07 de novembro de 2005 e da Resolução nº 07, de 17 de abril de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, que:

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Conselho Nacional do Ministério Público e ou do Ministério Público da União, abaixo identificado(s):

Nome do membro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Brasília, DF, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2018**

**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO**

**SEI 19.00.6320.0002985/2017-10**

**UASG – 590001**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO CNMP Nº /20**

###### CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP E A PESSOA JURÍDICA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. (PROCESSO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - PREGÃO ELETRÕNICO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_)

A UNIÃO, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, CNPJ n.º 11.439.520/0001-11, situado no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, quadra 02, lote 03, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, representado neste ato por sua Ordenador de Despesas, Sr. **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, brasileiro, servidor público, RG. – SSP/DF, CPF: ..- no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria CNMP n.º , de de de 2016, ou, nas ausências e impedimentos desta, pelo seu substituto, **Sr.** **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, brasileiro, servidor público, RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, CPF: 0.0.-, conforme Portaria CNMP-PRESI nº \_\_\_, de \_\_\_\_ de 201\_, ambas residentes e domiciliadas nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a pessoa jurídica **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no RG sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado ao \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo CNMP n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, referente ao Pregão Eletrônico CNMP n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e, ainda, pelos Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 5.504/2005, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços [detalhar o serviço] [endereço do local da prestação dos serviços].

**Parágrafo único.** A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do Processo nº ......................, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

a) Edital de Pregão nº XX /XX;

b) Ata da Sessão do Pregão, datada de ...../..../...;

c) Proposta final firmada pela CONTRATADA em ...../......./........, contendo o valor global e unitário dos serviços a serem executados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei n° 8.666/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas do Edital e ou do Termo de Referência:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

**Parágrafo Primeiro** – O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

**Parágrafo Segundo** – O CONTRATANTEefetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meiodo Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e ou do Termo de Referência e, ainda, em especial:

1. Executar os serviços contratados em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I do Edital, o qual fornece todas as orientações do CONTRATANTE;
2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
3. Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
4. Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
5. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
6. Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
7. Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
8. O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, **sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;**
10. Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;
11. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
12. Disponibilizar uma conta *e-mail* para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone e de fax;
13. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo CONTRATANTE;
14. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
15. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do CONTRATANTE;
16. Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato;
17. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado;
18. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR**

O valor do contrato será conforme tabela abaixo, durante a vigência deste Contrato.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Volume Anual** | **Valor Unitário** | **Valor total** |
| 01 | Desenvolvimento de software, conforme especificações constantes no Edital, | Ponto de Função (PF) | 900 |  |  |
| **Valor Total Anual** | | | | |  |
|  | | | | |  |

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado conforme o item 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11,** e ainda, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na **Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012.**

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/96), não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da mesma Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

Parágrafo quarto. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente à Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**Parágrafo sexto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.**

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, conforme disposto no art. 36, § 4º, da Instrução Normativa/SLTI-MP n.º 02, de 30/04/2008, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

1. ***EM = I x N x VP,*** sendo
2. ***I = (TX/100)***, assim apurado: I = (6/100) I = 0,00016438
3. ***365*** 365
4. Em que:
5. **I** = Índice de atualização financeira**;**
6. **TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
7. **EM** = Encargos moratórios;
8. **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
9. **VP** = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/86.**

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste Contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Conselho Nacional do Ministério Público, no Programa/Atividade.........................na categoria econômica................................ e, para o exercício seguinte, créditos próprios de igual natureza.

Parágrafo único. Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº ......................, de ....../....../......, no valor de R$..............................., à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

O contrato também poderá ser reajustado, visando à adequação aos novos preços de mercado e à variação efetiva dos insumos e materiais aplicados na prestação dos serviços, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou da data do último reajuste, aplicando-se o *IPCA* ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo primeiro. A contratada poderá exercer seu direito ao reajuste dos preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

**Parágrafo segundo. Caso a contratada não solicite o reajuste no prazo estipulado no Parágrafo anterior, ocorrerá a preclusão do direito.**

**CLÁUSULA DEZ – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do Contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços e fornecimento de componentes objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, consoante o disposto no art.65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA ONZE – DAS RESPONSABILIDADES**

A CONTRATADA responderá civil e criminalmente pelos prejuízos causados ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA responderá civilmente pelos furtos e roubos que porventura venham a ocorrer no interior das dependências do CONTRATANTE, nos casos em que ficar comprovado dolo ou culpa de seus prepostos ou empregados.

Parágrafo segundo. Na hipótese de verificação dos danos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA não promova a reposição do bem nos termos do Parágrafo segundo desta Cláusula, dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.

**CLÁUSULA DOZE – DO RECURSO**

É admissível recurso dos atos do CONTRATANTE, decorrentes da execução deste Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva ciência, conforme art. 109, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TREZE – DAS PENALIDADES E RECURSOS**

A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato.

Parágrafo primeiro. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e no Acórdão 754/2015-TCU, a licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais**.**

Parágrafo segundo. Uma vez iniciada a execução dos serviços contratados, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas poderá acarretar, além do previsto nos parágrafos anteriores desta Cláusula, resguardados os procedimentos legais pertinentes:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas no item 09 – Das Sanções Aplicáveis, do Termo de Referência - Anexo I do Edital;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo terceiro. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

Parágrafo quarto. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

Parágrafo quinto. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo sexto. Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87, da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

Parágrafo sétimo. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo oitavo. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

Parágrafo nono. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 03 Lote 02, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.

Parágrafo dez. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/93).

Parágrafo onze. As multas aplicadas são deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou cobradas por via de procedimento extrajudicial ou judicial, conforme o caso.

# CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e

c) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo terceiro. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo quarto. De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) Devolução de garantia, se houver;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo de desmobilização.

Parágrafo quinto. A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

a) Execução da garantia contratual para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

b) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUINZE – DA ALTERAÇÃO**

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

Parágrafo único. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

**CLÁUSULA DESESSEIS – DA PUBLICIDADE**

Incumbirá ao CONTRATANTE à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto nº 3.555, de 8/8/2000, a publicação do Extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília/DF para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas das obrigações aqui estabelecidas.

##### Brasília/DF, de de 20\_\_\_.

|  |  |
| --- | --- |
| CONTRATANTE | CONTRATADA |

**ANEXO I do CONTRATO Nº /2017**

**(Anexar Termo de Referência)**